

NESTA EDIÇÃO

Este jornal analisa e discute seis temas de vital importância para o movimento operário.

O artigo da página 2 e 3 procura discutir o esforço que vem sendo desencadeado pelo PT para organizar uma campanha de massas contra o governo Sarney e o pagamento da dívida. A partir de uma avaliação da origem e dos prováveis desdobramentos da crise do governo Sarney, ele alinhava algumas propostas e diretrizes para esta campanha.

Na página 4, a partir de um balanço da convenção recém-realizada pelo PT em Minas, discutimos os novos alinhamentos e tendências de diferenciação entre as várias correntes do partido. Uma discussão importante para as convenções que serão realizadas proximamente.

Na página 5, é discutido o desafio da unidade na CUT nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que, por si só, podem alterar toda a conjuntura do movimento operário.

Nas páginas 6 e 7 publicamos uma entrevista inédita no Brasil do dirigente sandinista Tomás Borge, abordando dois temas fundamentais: a relação dos marxistas com os cristãos e a necessidade da tradição histórica na elaboração da teoria revolucionária.

Nas páginas 8 e 9, a reflexão sobre o significado das grandes jornadas camponesas de março/abril, que pararam a economia em uma vasta área no sul do Brasil. Um movimento sem igual na história do país.

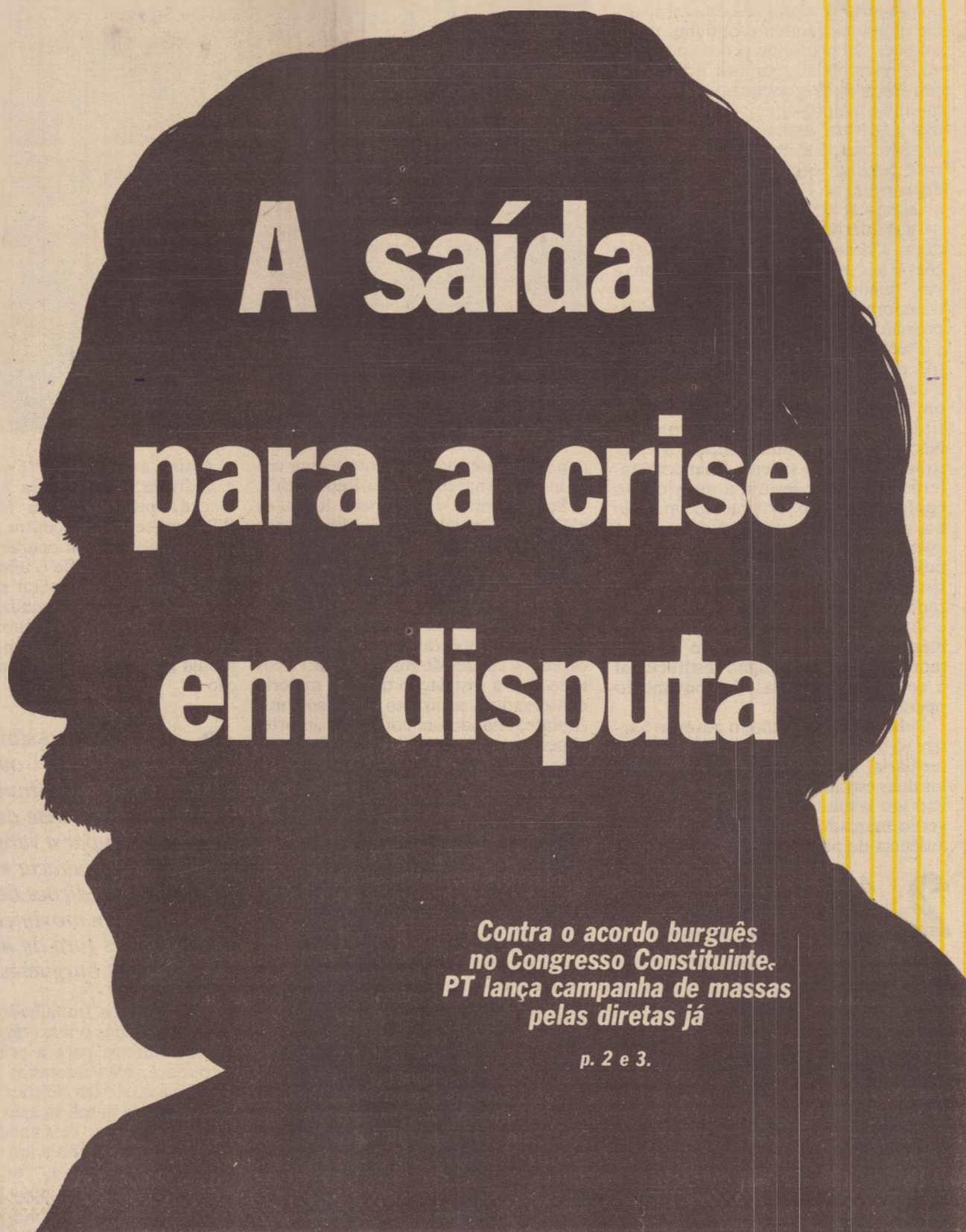
Na página 9, o companheiro Renato Menezes avalia as conseqüências para a construção da CUT da vitória da oposição no maior sindicato do Espírito Santo.

Na página 10 e 11, o dirigente e teórico marxista Ernest Mandel analisa o significado, os limites e o desenvolvimento das reformas empreendidas por Gorbachev. Um fato de enorme transcendência para a luta de classes em todo o mundo.

Na página 12, a direção do jornal debate com os leitores a campanha desencadeada para sustentação e crescimento do jornal **EM TEMPO**, que está prestes a concluir os seus dez anos de vida.

EM TEMPO:

Cz\$ 20,00
Periódico Nacional
Nº 216
Maio de 1987
Ano X



**A saída
para a crise
em disputa**

**Contra o acordo burguês
no Congresso Constituinte.
PT lança campanha de massas
pelas diretas já**

p. 2 e 3.

A SAÍDA PARA A CRISE DO

1 *A crise do governo Sarney reflete a incapacidade do governo, nascido de uma ampla coalizão das classes dominantes e sem um plano definido, de dar conta dos grandes problemas que tensionam a dominação burguesa.*

Paralisado e sem controle da situação econômica, sem forças sequer para escolher ministros, queda acentuada de popularidade. Discussões atabalhoadas nas próprias bases de sustentação do governo da redução do seu mandato, ondas de boatos de golpe ou renúncia. Assim é Sarney no seu terceiro ano de mandato. Por quê?

O governo da Aliança Democrática herdou três grandes problemas do longo processo de agonia da ditadura militar: a gestão de uma economia, recém saída de um profundo processo recessivo, pressionada a garantir uma elevação da taxa de crescimento tendo, ao mesmo tempo, que administrar a maior dívida externa do mundo; a pressão crescente de movimento operário e popular, organizado de forma independente na CUT e no PT, disposto a resistir ao arrocho e a recuperar as perdas salariais sofridas durante a ditadura; a necessidade de recriar instituições e leis mais legitimadas, em meio a um quadro partidário burguês em transformação e frente a uma grande pressão pela democratização do país.

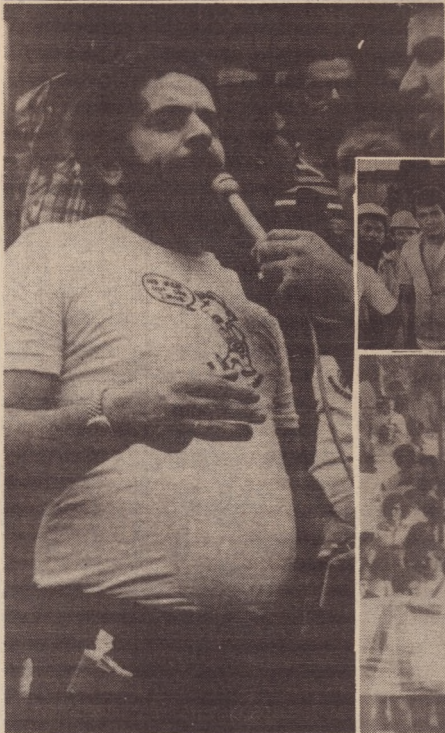
Passados três anos, nenhum destes três problemas foi resolvido. Pior para a burguesia, o governo Sarney não tem um plano de conjunto para atacá-los, ficando paralisado e prisioneiro deles. Não pode adotar uma política de clara subordinação ao sistema financeiro internacional, que levaria a um violento confronto com o movimento operário e a um estreitamento de sua base burguesa. Não pode também assumir uma política ousada de autonomia frente ao sistema financeiro internacional, garantindo a retomada dos investimentos e do crescimento da economia e, ao mesmo tempo, consolidando a hegemonia burguesa no plano institucional e cooptando parcelas do movimento operário.

Pela sua composição, o governo Sarney só pode realizar uma política intermediária, que combina elementos destas duas estratégias, sem conseguir com isso um resultado duradouro. Um governo marcado pela contradição, pela ausência de plano.

2 *A partir do amplo predomínio que possuem no campo institucional e parlamentar, os partidos burgueses procurarão resolver a crise do governo através de um acordo sobre a redução do mandato de Sarney ou pela afirmação de uma hegemonia burguesa mais "a esquerda" que a Aliança Democrática.*

Seria um erro grosseiro, no entanto, concluir que a crise do governo Sarney

A campanha "contra Sarney e a dívida, diretas para presidente" pode ganhar um imenso ímpeto de massas se for combinada com a energia das lutas do movimento sindical



conduzirá automaticamente a uma crise institucional da "Nova República".

Seria ignorar, em primeiro lugar, os efeitos da grande vitória da Aliança Democrática, e em particular do PMDB, nas últimas eleições de novembro. Estas eleições, que confirmaram o amplo predomínio político burguês, apesar do crescimento em alguns estados muito importante do PT, fortaleceram as classes dominantes em vários aspectos: a instalação de uma maioria conservadora segura no processo constituinte, criando um cordão de amortecimento de uma crise institucional; uma ampla renovação das lideranças burguesas; a quebra da espinha dorsal do PDT, impingindo-lhe derrotas em estado chaves como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul.

Em segundo lugar, seria desconhecer a capacidade de iniciativa do PMDB, bastante fortalecido após as eleições de novembro. Com o controle de 21 governos estaduais e a maioria absoluta no Congresso Constituinte, o PMDB rompeu de vez o precário equilíbrio da Aliança Democrática. É desse partido (ou de sua maioria) que provavelmente sairá o esforço mais consistente de superação da crise do governo Sarney.

Em terceiro lugar, seria perigoso não levar em consideração o processo de renovação política da direita mais conservadora, que busca, à sua maneira, capitalizar o desgaste do governo Sarney.

Assim, a campanha "Contra Sarney e a dívida, diretas para presidente", lançada pelo Diretório Nacional do PT, nem se voltará contra um inimigo sem iniciativas nem ocupará um lugar político vazio. Desde o início, é necessário refletir como evitar que ela não seja esvaziada ou canalizada, como ocorreu com o movimento pelas diretas, para um novo momento da hegemonia burguesa no processo de transição.

3 *A única possibilidade do movimento operário e popular acumular forças no processo de crise do governo Sarney, é ocupar a vanguarda da luta pela democracia e pela melhoria das condições de vida, organizando um movimento político de massas fora da hegemonia dos partidos burgueses.*

Interessa aos trabalhadores que sejam convocadas o mais rápido possível eleições diretas para a presidência da República. Não interessa, porém, que a realização destas eleições signifique a superação da paralisia e do desgaste do governo Sarney, recriando as ilusões nas massas em torno a um novo governo burguês, mais à "esquerda" da Aliança Democrática mas também en-

raizado nas Forças Armadas e no grande capital.

A comparação com o movimento pelas diretas já em 1984 é ilustrativa. Em primeiro lugar, não se trata de fazer uma aliança com a oposição burguesa contra a ditadura militar; trata-se, ao contrário, de organizar uma ampla frente unitária de todas as forças e entidades do movimento operário e popular para se opor ao governo e ser uma alternativa política à Aliança Democrática.

Ao invés de um movimento que tenha como única meta a realização de eleições diretas já (revelando uma compreensão formal e limitada de democracia), ele deve combinar esta bandeira com o aprofundamento das reivindicações democráticas (fim das leis e órgãos repressivos, desmilitarização, do aparelho do Estado) e com a adoção de uma política econômica que não pague a dívida externa e seja comprometida com os interesses da maioria da população.

Ao invés de subordinar o movimento à mobilização de pessoas desorganizadas para pressionar o Congresso, o movimento deve lançar mão também das formas de luta do movimento operário (passeatas, comícios mas também paralisações) e procurar com que seja acompanhado por formas unitárias de organização na base.

Quanto mais de massas, mais radicalizado politicamente e mais organizado for o movimento, mais difícil será para os liberais esvaziá-lo através de um pacto parlamentar ou mesmo canalizá-lo. Isto não significa que o PT deverá se abster ou mesmo deixar de incentivar alianças na ação com setores liberais ou populistas radicalizados.

Concebido assim, este movimento seria uma base política e de massas para o lançamento de uma candidatura própria dos trabalhadores à presidência da República, em um momento seguinte.

4 *Para organizar um poderoso movimento político de massas contra a "Nova República" é central superar a separação que existe hoje entre a luta sindical, econômica, dos trabalhadores e a sua atuação no plano político, hoje reduzida à atuação dos parlamentares petistas.*

Esta separação é fatal para a luta dos trabalhadores: impotência, isolamento no Congresso Constituinte; conquistas econômicas pequenas e diluídas (frente à repressão e à inflação) e riscos de isolamento no movimento de massas (desgaste de greves que não conseguem bons resultados, incapacidade de dirigir as lutas de outros setores contra o grande capital, como a dos pequenos proprietários urbanos e rurais no período recente).

Esta separação não é recente, mas acompanha todo o processo de crescimento das lutas nos últimos anos. Este tem sido descontínuo (momentos de unificação separados por fases de ato-

Arquivo Em Tempo

GOVERNO EM DISPUTA

mização) e pouco politizado (com poucos momentos de direcionamento independente para as lutas). E tem uma contrapartida organizativa: o fato do PT nestes últimos anos ficar com a sua dinâmica voltada para as eleições, contribuiu bastante para que sua organização de base (núcleos) ficasse bastante debilitada, não conseguindo organizar no partido o grande número de ativistas sindicais surgidos no período.

Desta maneira, toda nosso esforço neste próximo período deve ser o de massificar a luta pela democracia e unificar, politizar as lutas sindicais dos trabalhadores. É pouco provável que se consiga organizar um amplo movimento político de massas contra a "Nova República" sem se apoiar na energia e na combatividade das lutas do movimento sindical. É por isso que a campanha pelas diretas desencadeada pelo PT deve ter a preocupação central de despertar as lideranças do movimento sindical para ela e fazer todo o esforço para que se apoie o máximo possível na dinâmica deste movimento.

5 *No último período, avançaram em muito as condições de unificar e elevar o conteúdo político das lutas no movimento sindical.*

A proposta da greve geral ronda o movimento operário desde o início do processo de sua organização independente nos anos finais da década de 70. Mistificada ou criticada como criação de mentes esquerdistas, marcada e adiada por várias vezes, a greve geral não é o fim último da luta operária mas sinal de sua maturidade enquanto classe capaz de se apresentar como uma proposta unificada perante a sociedade.

Não há sombra de dúvida de que o movimento operário avançou muito no que diz respeito às condições para realizar uma greve geral. É verdade que a construção da hegemonia da CUT no movimento sindical não é um processo concluído. Agora, por exemplo, realiza-se em São Paulo a eleição decisiva e fundamental no Sindicato dos Metalúrgicos. Em Minas, realiza-se uma outra também muito importante: a do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte. Mas podemos dizer que a CUT já é amplamente majoritária nos postos-chaves do movimento sindical urbano, e cresce rapidamente no movimento sindical rural.

Por outro lado, os dois últimos anos foram riquíssimos no que diz respeito às lutas sindicais. Em 1985, o número de grevistas se elevou a mais de seis milhões (um recorde da história do país) e em 1986 houve 1.493 greves (em geral mais curtas e mais fracionadas). Mais importante, ocorreram inúmeras experiências de unificação: a campanha salarial unificada de São Paulo no segundo semestre de 1985; a greve geral parcial do dia 12 de dezembro de 1986; a realização de 22 greves nacionais de categoria em 1985 e de 25 em 1986.

Hoje podemos dizer que tem um grande peso o problema da direção política para a realização de uma greve geral. Isto é essencial para definir seu



A crise espreita

conteúdo, como organizá-la e como inseri-la na conjuntura.

6 *O processo de unificação das lutas do movimento sindical deve ter um caráter ofensivo e incidir sobre quatro questões-chaves: a defesa e a recuperação do poder de compra dos salários a luta pela reforma agrária, a dívida externa e a crise do governo Sarney.*

Todos os três momentos decisivos de unificação da luta do movimento operário nos últimos anos foram interrompidos porque não souberam ultrapassar o limite econômico, corporativo, que entrava em contradição mesmo com o próprio processo de greve geral que deve ter um caráter necessariamente politizado. A experiência de 21 de julho de 1983 não soube se ligar à fase final de agonia da ditadura e ao movimento das diretas; o plano de unificação das lutas no primeiro semestre do ano passado não soube dar resposta, foi "esvaziado" pelo lançamento do Plano Cruzado; a greve parcial do dia 12 de dezembro limitou-se a um caráter de protesto contra o Cruzado II, nitidamente defensivo.

Se não consegue passar do momento

sindical para o momento político, do caráter defensivo para o sentido ofensivo, nenhum processo de greve geral consegue construir uma continuidade, uma memória, capacidade de acumular.

O primeiro eixo de um processo de greve geral deve incidir sobre a luta feroz entre capitalistas e assalariados que se trava a cada dia no país. É uma necessidade interna ao próprio movimento sindical: o governo e os empresários vem adotando uma atitude repressiva cada vez mais dura e de não concessões deliberadamente rígida para derrotar cada greve.

O segundo eixo deve ser o do não pagamento da dívida externa. A posição em relação à dívida é o eixo através do qual se articula toda a política econômica. Concessões ao capital financeiro internacional significam necessariamente um assalto às condições de vida dos brasileiros.

O terceiro eixo deve ser a luta pela reforma agrária. Ele cumpre um papel-chave para estabelecer a grande aliança entre trabalhadores urbanos e rurais e camponeses, quebra o isolamento brutal que as classes dominantes procuram confinar a luta dos trabalhadores rurais, posseiros e pequenos proprietários.

O quarto eixo deve incidir em cheio

sobre a crise do governo Sarney. No espaço de ilegitimidade do governo Sarney, o movimento operário deve meter a sua cunha, procurando bombardear o rígido controle da transição através da defesa das eleições diretas já.

Tendo estas quatro questões como eixo e sabendo que o processo de unificação das lutas do movimento operário lançará mão de vários meios de luta e passará por várias fases, deve ser elaborado um plano central de campanha que dê conta de todos os problemas táticos colocados para a organização da greve geral.

7 *A participação do PT no Congresso Constituinte deve ser orientada no sentido de alimentar o esforço de organização de um movimento de massas contra a "Nova República".*

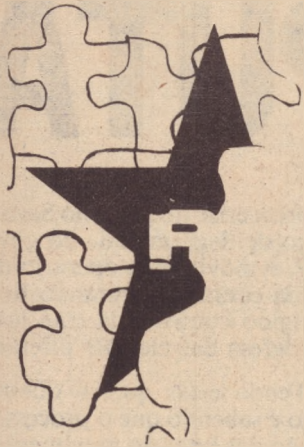
As ilusões nas possibilidades reformadora do Congresso Constituinte só podem ser nocivas ao movimento operário. Uma estratégia cujo centro seja canalizar, dirigir o movimento de massas para fazer pressão a este Congresso só pode resultar no impasse. O centro da ação do PT deve ser o inverso: como mostrar para as massas que este Congresso Constituinte é uma enorme farsa e como utilizá-lo para alimentar a criação de um movimento de massas contra a "Nova República".

Coerente com esta visão, o PT deve apresentar um projeto próprio de Constituição que o demarque nitidamente em relação aos partidos burgueses. As alianças com setores progressistas devem ser estabelecidas pontualmente, caso a caso, quando estejam em jogo possibilidades de algumas conquistas que interessem ao movimento operário.

O mais importante é utilizar este espaço de debate criado pelo Congresso Constituinte para um grande esforço de agitação ampla na sociedade, estreitamente vinculado aos esforços de organização de um movimento político de massas contra a "Nova República".

8 *Conjugado aos esforços da organização de uma campanha política de massas, o PT deve tomar iniciativas que visem o lançamento de uma candidatura do movimento operário e popular à Presidência da República.*

Como partido mais forte e mais inserido, único a ter uma política clara de independência de classe, o PT tem a responsabilidade de já tomar iniciativas no sentido de propor um programa, nomes e travar discussões com outras correntes e entidades, visando o lançamento de uma candidatura à Presidência da República. É uma medida indispensável para a disputa política hoje já colocada em torno à sucessão do governo Sarney, dos caminhos de superação da sua crise.



O desbloqueamento



**O fim das
polarizações sectarizadas é possível e necessário
O PT mineiro dá um exemplo**

Tomás Mata Machado

Desde 1983 o PT mineiro esteve polarizado, fundamentalmente, entre dois blocos: "o PT na luta pelo socialismo", mais à esquerda, e "PT de massas", este último majoritário. Os dois blocos eram heterogêneos, e além disso a discussão entre eles era em geral despolitizada e sectarizada, apesar de que os temas em debate eram de fato importantes: o caráter da transição burguesa, a relação dos parlamentares com o partido (qual o seu grau de autonomia), o caráter do partido (importância de construir um partido dirigente das lutas, organizado a partir dos núcleos, ou mais eleitoral), a questão da democracia interna (a participação das minorias na direção, nos cargos principais das Executivas), a questão das tendências do partido. A forma de tratar estas últimas questões pelo "PT de massas" teve papel central na despolitização e sectarização da discussão.

A luta política terminou por desorganizar e desestruturar o partido. O ponto culminante deste processo foram as eleições para prefeito de Belo Horizonte em 1985. A candidatura de Virgílio Guimarães, apresentada pela articulação "O PT na luta pelo socialismo", foi vitoriosa na pré-convenção (esta articulação era majoritária em Belo Horizonte, apesar de minoritária no plano estadual). O candidato derrotado, o então deputado João Mares Guia, do "PT de massas", inconformado com o resultado, abandonou o partido, e se transferiu para o PMDB. O presidente do PT mineiro, o deputado Luís Dulci, encabeçou um boicote à candidatura petista, e liderou a realização de um Encontro estadual em outubro, desconhecendo a orientação do Diretório Nacional de que nesta época toda a força deveria ser dada à campanha eleitoral. Este encontro teve então apenas a participação de membros do bloco "PT de massas", e não foi reconhecido pelos outros militantes do partido.

A trégua de 1986

Após o bom resultado obtido pela candidatura de Virgílio Guimarães, a direção nacional foi a mediadora de um "acordo de Minas" que viabilizou o funcionamento do PT em 1986. Foi formado um Comitê Eleitoral Unificado (CEU) com representantes de todas as correntes do PT mineiro, que passou a funcionar como direção do partido no estado. As eleições de 86 foram enfrentadas, então, sem retaliações internas.

Desta forma, o PT pôde obter um excelente resultado eleitoral. Tivemos um crescimento de 200% na chapa de

governo, e de 300% na chapa de deputados estaduais e federais. Enquanto em 82 tínhamos eleito 1 deputado federal e 1 estadual, em 86 elegemos, respectivamente, 3 e 5.

Além disso, houve uma clara interiorização dos votos. Enquanto em 82 a região metropolitana tinha sido responsável pela metade dos votos do partido no estado, em 86 teve apenas 29%, ficando o interior com 71%. Diversas regiões (como o Vale do Aço e Zona da Mata) tiveram votações petistas muito altas. Enquanto foram eleitos candidatos de ambos os blocos anteriores, foram eleitos também candidatos de fora destes blocos, inclusive Chico Ferramenta, com a maior votação para deputado estadual de Minas.

Isto mostra que na base do partido havia uma dinâmica, um crescimento, que ia além das disputas internas anteriores. A maior responsabilidade pelo crescimento da votação do PT foi, sem dúvida, o crescimento da influência do partido no movimento sindical, urbano e rural. Os melhores "cabos eleitorais" do partido foram os ativistas sindicais, muitos deles ainda não filiados ao partido. Aliás, muitos candidatos, combativos, se filiaram ao PT pouco antes da formação da chapa.

O PT é mais que os blocos



Depois das eleições, estavam criadas as condições para uma grande renovação do partido, para a superação da antiga polarização. Apareceram novas lideranças, começou a prevalecer um novo estilo de prática política. Para isto contribuiu também a evolução do partido a nível nacional, afirmando-se mais como um partido de esquerda e de massas, como ficou evidenciado nas resoluções do IV Encontro Nacional.

Após os resultados de 85 e 86, os termos das polêmicas anteriores em Minas foram redefinidos, em geral num sentido mais à esquerda. A discussão

sobre o caráter da transição burguesa cedeu lugar a um esforço para situar o partido na conjuntura, a partir das discussões do Diretório Nacional. A questão da relação dos parlamentares com o partido foi resolvida com a aplicação do regimento do partido e com as resoluções do IV Encontro nacional sobre os compromissos dos candidatos. As divergências mais de fundo, sobre concepções do socialismo, por outro lado, deveriam ser objeto de uma discussão mais aprofundada, a médio prazo. De modo geral, começou a se manifestar a preocupação com que todas as correntes do partido se expressassem.

O resultado mais geral é que a polarização desgastante anterior foi substituída por uma postura mais madura, pela compreensão de que é importante construir o PT, além de sua própria tendência, de seu próprio bloco, de sua própria base eleitoral.

O Encontro Estadual de 28 de março foi preparado no CEU com a participação de todos. Foram aprovadas teses em comum. A parte sobre conjuntura foi feita a partir das resoluções do DN. Houve também um consenso sobre as questões de organização partidária: sobre o esforço para a construção dos núcleos, das secretarias, sobre a necessidade de que o Diretório Estadual e a Executiva sejam de fato uma direção política do partido, etc.

As divergências no Encontro foram relativamente secundárias. Por exemplo: houve divergências sobre o processo de montagem da chapa para o Diretório, na questão da representação das diversas regiões do estado. Uma proposta era de que se seguisse aproximadamente o peso das regiões na participação dos delegados. Outra, afinal vencedora, dava à região metropolitana um peso menor (cerca de 16% do Diretório, no lugar de 22%).

É interessante notar que nas votações, não se verificaram alinhamentos em termos dos blocos anteriores. Diversas votações foram cruzadas. Quase todos os delegados votaram na chapa apresentada. A Executiva contemplou todas as correntes do PT mineiro, com exceção da Convergência Socialista, que tinha uma participação extremamente reduzida entre os delegados, e que além disso não aceitava indicar para a Executiva algum dos seus militantes mais representativos (como os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos).

O desbloqueamento

Ou seja, o resultado do Encontro indica um processo de início de recomposição política, e sem uma hegemonia clara, já que os blocos foram de fato desfeitos. Isto tem sido confirmado no funcionamento da Executiva depois do encontro: não tem havido alinhamentos automáticos, há um clima onde to-

dos ouvem a todos. Naturalmente, isto não significa que não se possam identificar diversos setores no PT mineiro: podemos registrar a presença de um setor ligado à Igreja, outro que se aglutina em torno da direção da UTE (União dos Trabalhadores do Ensino) e da Zona da Mata, um setor identificado com as posições da Democracia Socialista, outro com o PRC, a Convergência Socialista, um setor de "marxistas independentes". E há as novas lideranças, como Chico Ferramenta, que não podem ser identificadas com nenhum destes setores. Mas o que é importante é que as posições do partido têm sido resultado de uma elaboração coletiva, e que a preocupação com o partido tem se sobreposto às visões particulares.

E é nisso que esta experiência do PT mineiro tem um grande interesse para todo o país. Minas é provavelmente o estado onde as antigas polarizações tiveram mais força — chegando ao cúmulo de um bloco boicotar a campanha de um candidato democraticamente escolhido numa convenção. E está demonstrando que é possível unificar os esforços de todos para a construção partidária. E que não há hoje nenhum setor que deva ser excluído, que não possa se integrar no coletivo petista.

É claro que permanecem inúmeras divergências; é claro também que na caminhada do PT até dar um salto e se consolidar como um partido revolucionário, capaz de dirigir o processo de luta pelo poder por parte dos trabalhadores, deverá haver muita disputa interna. O partido poderá sofrer novas rupturas, como a do ex-deputado Mares Guia. Nenhum partido — e menos ainda um partido que começou a se formar com um grau reduzido de definições políticas, como o PT — chega a se tornar um partido capaz de dirigir a revolução de maneira tranqüila.

É possível, também, que venham a se formar em Minas (e a nível nacional) novos blocos, novas articulações, que disputem a direção política do partido. Isto por si mesmo não é ruim, e pode ser positivo, na medida em que seja uma necessidade para clarear o debate político em torno de grandes opções. Mas a questão é justamente esta: é preciso que as articulações, se forem necessárias, se formem a partir de posições políticas, que não sejam ajuntamentos artificiais para garantir uma maioria (ou para defender uma minoria do esmagamento).

As opções que se colocaram para o PT mineiro certamente estarão colocadas a nível nacional. Esperamos que aí o PT mostre a mesma maturidade, que escolha o caminho do desbloqueamento, da construção do partido.

Tomás é presidente do PT de Belo Horizonte e membro do Diretório Nacional do partido.

Eleições metalúrgicas de São Paulo

Uma vitória ao alcance da CUT

Com as eleições marcadas para o próximo dia 8 de junho, a disputa para o Sindicato dos Metalúrgicos entra na reta final com três chapas se apresentando. Na verdade, pela importância do Sindicato no movimento sindical do país e pelas características destas chapas, trata-se de uma disputa de três projetos globais para o sindicalismo brasileiro.

Resumindo o que representa em termos de forças cada chapa, temos: chapa 1, encabeçada pelo atual presidente Luis Antônio, significando uma seqüência em linha reta do peleguismo e agregando as forças sindicais fisiológicas, com o apoio de Joaquinção; chapa 2, encabeçada por Lúcio Bellentani e montada pela dissidência da atual diretoria (11 diretores ligados ao PDT, PCB e PCdoB, com a hegemonia do primeiro), que polarizou um setor minoritário da CUT; e chapa 3, encabeçada por Carlúcio Castanha, representando as forças leais à CUT.

CGT X CUT X Central reformista

Se a chapa liderada pelo atual presidente não oferece mistérios de entendimento, pois trata-se de uma continuidade "pura" do velho peleguismo, a composição de forças que dá a chapa 2 já requer uma análise mais criteriosa. Para alguns setores da CUT, trata-se de um problema meramente de tática eleitoral, de dividir as forças da atual diretoria e de criar um quadro em que a CUT pudesse hegemonizar uma nova composição de forças.

No entanto, o processo concreto de formação da chapa 2, apenas formalmente encabeçada por Lúcio mas dirigida por uma maioria reformista, com os dissidentes do PCB (hoje no PDT) à frente, inverteu o problema. Com a anexação de um setor da CUT, a chapa reformista conseguiu uma capa de "oposição" para cobrir uma proposta sindical alternativa à CUT. E vai exigir da própria chapa da CUT um esforço redobrado de combate, pois esta enfrentará dois inimigos: o que usa o aparelho sindical e o controle do processo eleitoral de um lado, e o que vai estar na frente das fábricas atacando diretamente a chapa da CUT, e buscando situar-se como oposição viável eleitoralmente.

Mais ainda do que o problema eleitoral criado, a chapa 2 se propõe a dirigir os metalúrgicos de SP para uma proposta ao mesmo tempo alternativa à CGT (esvaziada e sem condições de confrontar a CUT) e à própria CUT, como existe hoje (isto é, com a orientação que desenvolve desde a sua fundação). E a diferença com a CUT — que aponta para um confronto posterior se esta chapa for vitoriosa — se dá três

campos: na relação com o governo; na relação com a estrutura sindical e nos métodos de ação sindical. A relação que propõe entre o movimento sindical e o governo é a de um sindicalismo estritamente reivindicatório, disposto à cooperação política desde que atendidas algumas reivindicações. E isto, naturalmente, se choca com o que a CUT tem defendido e principalmente com a busca de condições para uma greve geral contra a política econômica do governo (e o próprio governo). De outro lado, é uma chapa que não só se construiu à sombra da atual estrutura como em defesa de sua transição sem qualquer rompimento. Não é gratuito que o centro de sua propaganda de um "novo" sindicato é o aumento de cargos na diretoria. Por fim, esta mesma chapa representa a defesa dos métodos antidemocráticos que sempre acompanharam o reformismo. A utilização de ameaças físicas, de espancamentos de adversários e até delações de militantes, é prática corrente do setor hegemônico da chapa, o "PDT". Aliás, uma de suas principais lideranças foi um destacado organizador dos antigos

"Décio Malho", polícia sindical a serviço do Joaquinção que atuou com desenvoltura em 1981.

Assim, a CUT tem pela frente a CGT (chapa 1) e o que poderíamos chamar de "Central reformista", ou "CGT renovada" ou "CUT domesticada" (chapa 2). Este é o embate que se desenrola nas eleições dos metalúrgicos.

CUT vitoriosa: uma possibilidade real

Em um plano diferente, mas também presente, o resultado deste processo terá implicações para os partidos políticos que buscam se ligar ao movimento dos trabalhadores. Para o PT, com a vitória da CUT, a existência de um novo pólo de luta que junto a S. Bernardo poderá consolidar de vez sua hegemonia. Para o PDT, com a vitória da chapa uma oportunidade de conquistar a tão sonhada base eleitoral em SP e possivelmente também a constituição do embrião de uma nova central (isto se a opção da chapa 2 não for a de inserir-se na CUT para disputar sua di-

reção para um projeto reformista ou social-democrata).

O embaralhamento do quadro eleitoral provocado pela chapa 2 de um lado, e de outro as dificuldades que percorreram o processo de formação da chapa única da CUT, não servem para identificar tendências da base dos metalúrgicos nestas eleições. Aliás, as dificuldades que tiveram de ser vencidas para se chegar a uma única chapa da CUT estão inversamente proporcionais ao sentimento pró-CUT que existe na base. E isto ocorre por que houve, ao longo de muitos anos, um persistente trabalho de acumulação de forças pela Oposição identificada com a CUT. Houve uma presença constante da CUT em todos os momentos mais importantes das lutas da categoria, principalmente de 1978 para cá. Esta presença veio se refletindo na consolidação da maioria dos votos de fábricas para a Oposição nas duas últimas eleições (a eleição de 78 foi marcada pela fraude). A ampliação desta vantagem hoje — dentro de um novo quadro de sócios (ver quadros) — torna eleitoralmente bastante possível a vitória da CUT.

Responsabilidade da CUT

De outro lado, como lembrou Carlúcio na convenção da CUT, a categoria metalúrgica já experimentou a direção de diversas composições — a do peleguismo puro, a da composição pelego-reformista, a diretoria sem Joaquinção mas com a presença destacada dos 11 diretores que hoje dirigem a chapa 2. Só não experimentou a direção da CUT no Sindicato. E esta é uma questão decisiva e que começa a ficar transparente neste processo eleitoral, aumentando, portanto, as chances da CUT.

Uma vitória ao alcance das forças da CUT — como é o que está posto para quem não se impressiona com as bravatas da chapa 2 e seus aliados — tem a contrapartida de exigir o máximo de unidade da própria CUT, o respeito às decisões tomadas nos seus fóruns mais legítimos. Esta unidade e respeito à democracia só serão visíveis na medida em que se transformem em apoio ativo dos sindicatos da CUT e em presença efetiva de todos os militantes da categoria que se colocam dentro da CUT e pela sua construção acima de divergências internas.

E a responsabilidade por conseguir este objetivo elementar cabe a todos que defendem a CUT, à própria chapa, mas de forma principal à Direção Nacional da CUT dado que ela, inclusive, na formação da chapa avocou para si a condução e a direção deste processo.

Os votos na última eleição (1984)

URNA	CHAPA 1 (Pelegos)	CHAPA 2 (Oposição-CUT)
FÁBRICAS	13.623	16.864
Itinerantes	930	449
Sede (maioria dos votantes são aposentados)	7.909	2.208

Fonte: EM TEMPO, 26/07/1984

Cresce o peso do voto das fábricas em 1987

	1984	1987
Votantes	46.175	95.000*
Peso do voto das fábricas**	71%	cerca de 80%
Peso do voto dos aposentados**	16%	cerca de 10%

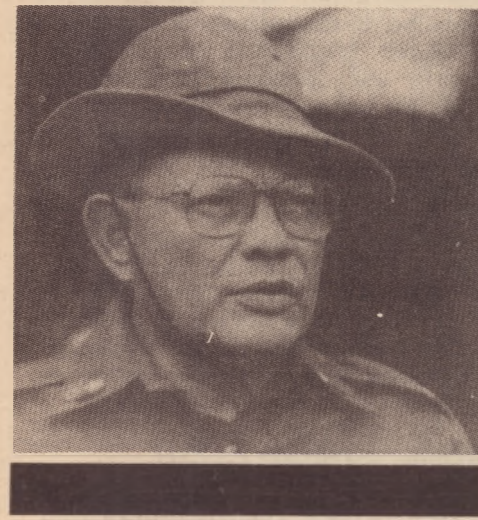
Fonte: idem

* Estimativa do nº de sócios em condições de votar

** Além dos votos de urnas de fábricas (fixas) e dos aposentados, há as urnas itinerantes e outros sócios que votam na sede.



A origem do marxismo na Nicarágua



Tomás Borge é um dos fundadores da Frente Sandinista e é hoje Ministro do Interior da Nicarágua. Ela concedeu esta entrevista à revista Crisis, editada em Buenos Aires.

Nela, Tomás Borge discorre sobre dois temas fundamentais: a relação entre os marxista e os cristãos e a história do marxismo na Nicarágua, concebida como o momento da elaboração de um pensamento revolucionário original e inserido na tradição das lutas do povo daquele país. A seguir, publicamos os trechos principais da entrevista.

— Tem-se assinalado a emergência de uma nova identidade popular nas sociedades centro-americanas. Um elemento original desta identidade é a fusão do cristianismo e do marxismo, forjadora de uma nova fisionomia cultural e psicológica no povo nicaraguense?

Tomás Borge — Creio que em toda revolução as experiências históricas se acumulam e se pode falar de algo novo, como um resultado da experiência histórica, na qual a identidade popular adquiriu uma nova dimensão. Se examinarmos as mudanças revolucionárias ao longo da história, notamos que, independentemente da classe social que as encabeçam, as grandes massas sempre tiveram uma participação ativa. Sem esta participação as revoluções não teriam sido possíveis.

Na Nicarágua, a participação popular adquiriu características singulares que assentam as bases de uma nova acumulação de experiências históricas. Essa participação foi muito relevante, porque a vitória da revolução se produziu através de uma insurreição na qual participou um arco íris muito amplo de forças. Entretanto, foram as grandes massas pobres deste país os principais protagonistas da revolução.

— Apesar de um dos fundamentos do

atual sistema político ser o pluralismo, na Nicarágua nunca existiu uma "burguesia nacional".

Tomás Borge — Aqui se deu uma conjuntura histórica muito especial: o regime somozista não chegou a representar os interesses da burguesia em seu conjunto. Representou os interesses de uma oligarquia familiar e de uma burguesia de origem política, filha direta da corrupção administrativa. Novos ricos que obtiveram seus excedentes de isenções fiscais, privilégios bancários a até de contrabando e outros delitos.

A burguesia não pôde se desenvolver na Nicarágua. Os Estados Unidos frustraram a revolução liberal de José Santos Zelaya em princípios do século e a burguesia nicaraguense, atrasada e primitiva, não pode levantar a cabeça. A própria natureza do regime somozista a impediu de modernizar seus meios de produção.

Entretanto, já na última etapa do regime, um setor não favorecido plenamente por estes benefícios ilegais fez esforços para se modernizar, impulsionou a produção algodoeira e o desenvolvimento de um sistema financeiro mais ou menos moderno. Mas não pôde superar seu atraso. A revolução ocorreu precisamente quando

se iniciava, com certa energia, o esforço deste amplo setor burguês para competir com o sistema primitivo de Somoza.

Daí que no último minuto da luta contra Somoza — refiro-me a um "minuto histórico" — a burguesia da Nicarágua tenha tido contradições com o regime somozista. Entretanto, esta burguesia não-somozista não conseguiu ter expressões políticas concretas. Apenas no último instante, organizou-se um partido da burguesia nicaraguense — o MDN de Alfonso Robelo — mas chegou muito tarde ao cenário.

Não pode haver revolução vitoriosa na América Latina sem a participação militante dos cristãos.

— Ao contrário, no movimento popular revolucionário, desde antes existia uma aliança entre cristãos e marxistas.

Tomás Borge — Um movimento conhecido como cristãos de base, dirigidos por

um grupo de sacerdotes próximo do movimento revolucionário, conseguiu mobilizar amplos setores. Mobilizaram-se como cristãos. Esta é uma das características mais singulares da revolução nicaraguense. Os cristãos participaram da luta contra Somoza como cristãos e não integrados dentro de movimentos partidários.

A relação inicial com os cristãos se produziu por contatos individuais com alguns importantes intelectuais da Igreja Católica, em particular com Ernesto Cardenal, Fernando Cardenal, Uriel Molina e outros. No princípio, houve muitas desconfianças mútuas entre o movimento sandinista e os cristãos. Entretanto, de fato foram sendo realizadas ações conjuntas e a prática acabou superando estas diferenças.

À Frente Sandinista se integraram companheiros das comunidades de base, de modo que muitos dos quadros dirigentes da Frente Sandinista têm uma origem cristã. O valor desta experiência se vincula à participação dos cristãos na América Latina, a ponto que se chegou a dizer que não pode haver revolução vitoriosa no subcontinente, sem a participação militante dos cristãos. E isto explica a enorme angústia e a preocupação dos setores reacionários da Igreja Católica frente a semelhante exemplo.

— Na prática, tornou-se cada vez mais transparente a relação entre a moral cristã e a moral revolucionária.

Tomás Borge — Cremos que a moral revolucionária não é alheia à moral tradicional, ainda que a moral revolucionária adquira uma dimensão superior. Inclusive de acordo com a nossa própria experiên-

"Amai-vos uns aos outros" diz o mandamento cristão. Mas libertar as classes exploradas para que deixem de sê-lo é uma forma superior de amor.

cia histórica, alguns princípios do cristianismo são completamente válidos na sociedade revolucionária.

Prega-se que "deve-se vestir o que está nú". E como dizíamos em um congresso de teólogos em Madrid, consideramos que "vestir o que está nú" significa desenvolver a produção têxtil e não distribuir camisas usadas nos fins de semana nos cárceres locais. "Dar de comer ao faminto" exige realizar a reforma agrária para produzir e que o povo possa comer. Ser coerente com a clemência da justiça significa desenvolver um sistema penitenciário moderno e altamente humanitário.

Desta forma, pode-se ser conseqüente com princípios que têm sido considerados tradicionalmente como cristãos. Na América Latina, devemos aplicar em um novo nível estes princípios de acordo com a realidade, no caso da Nicarágua, de uma transformação revolucionária.

"Amai-vos uns aos outros", diz o preceito. Mas libertar as classes exploradas, para que deixem de sê-lo, é uma forma superior de amor. Creio que para amar realmente aos burgueses, temos que liquidá-los como burguesia. Suprimir a burguesia como classe social em termos históricos.

Que não me interpretem que decidimos suprimir já a burguesia na Nicarágua! Pelo momento, estamos tratando de civilizá-la. Mas, em última instância, creio que as classes exploradas desaparecerão da história humana e os homens serão verdadeiros irmãos do homem.

— Há uma questão que, paradoxalmente, se conhece menos que a relação dos sandinistas com os revolucionários cristãos. É a história do marxismo na Nicarágua, o processo de sua assimilação e

recriação pela vanguarda revolucionária neste país.

Tomás Borge — É um tema interessante porque creio que uma das características da revolução na Nicarágua é que o marxismo não tem história neste país.

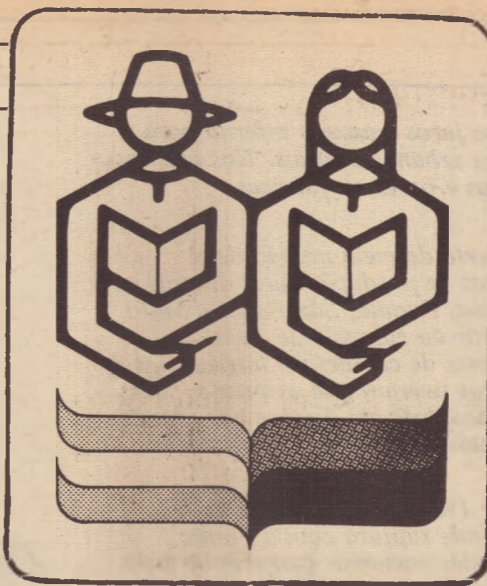
A responsabilidade deste fato deve ser atribuída à Europa. O movimento comunista e operário europeu, através da Internacional, considerou que o nacionalismo — e creio que isto era correto para a Europa — tinha um caráter fundamentalmente reacionário. O nacionalismo europeu deu como resultado Hitler, mas na América Latina as resultantes históricas foram Augusto César Sandino e Emiliano Zapata, para assinalar apenas dois símbolos das lutas nacionalistas. Ao se transpor mecanicamente essa concepção para o nosso continente, Sandino foi considerado por um marxista mexicano como um "agente do imperialismo".

A imigração européia dirigiu-se antes de tudo para o Cone Sul. Disso resultou que as idéias marxistas chegaram cedo a esta região. Mas na América Central, e particularmente na Nicarágua, a escassa emigração européia não trouxe estas idéias revolucionárias.

A história do marxismo na Nicarágua começa em 1944 e é uma história triste, quer dizer, não é propriamente ainda a história do marxismo. O marxismo como teoria revolucionária não pode ser manchado pela tristeza.

Isto explica porque o Partido Comunista da Nicarágua — que aqui se chamou Partido Socialista — apenas foi fundado em 1944. E que o movimento operário estivesse marcado antes desta data por características muito artesanais. Inclusive foram os artesãos os que primeiro se organizaram aqui, apesar de terem se nomeado "operários".

O movimento operário da Nicarágua, como organização política, surge no Primeiro de Maio de 1944, em plena guerra mundial, enquanto o "browderismo" estava fazendo das suas no continente. Earl Browder, secretário geral do Partido Comunista dos Estados Unidos, defendia a tese de que havia desaparecido a contradição antagônica entre a burguesia e classe operária. Esta concepção foi desenvolvida



por um Partido Socialista, o Partido Vanguarda Popular da Costa Rica.

Além disso, teve muita influência a idéia de que se devia apoiar todos os governos que houvessem declarado guerra ao fascismo. Surge o movimento operário da Nicarágua com o desvio, no qual caíram outros movimentos operários politicamente organizados na América Latina, de apoiar a ditadura local. O Partido Socialista da Nicarágua aparece apoiando à ditadura somozista. Por isso, o marxismo na Nicarágua não tem história.

A história do marxismo na Nicarágua começa em 1944 e é uma história triste, quer dizer, não é propriamente ainda a história do marxismo. O marxismo como teoria revolucionária não pode ser manchado pela tristeza.

No caso concreto da Nicarágua, os que se chamavam marxistas neste momento, envolveram-se em uma política de conciliação de classes, de apoio à burguesia e ao imperialismo norte-americano que, como se sabe, estava em guerra contra o fascismo. Não quero me referir aos responsáveis históricos por estes erros; não quero apontar culpados: assim foi objetivamente a história, independentemente dos pecados e dos pecadores.

A Frente Sandinista coloca desde o início — e por isso reivindica o próprio nome de Sandino —, ao mesmo tempo, a questão nacional e a questão social, tradicionalmente separadas pela esquerda no subcontinente, com exceções da obra de José Carlos Mariátegui e, é claro, da revolução cubana.

Tomás Borge — Creio que o primeiro marxista da Nicarágua, o mais lúcido foi Carlos Fonseca. Porque Carlos não apenas foi um estudioso da teoria revolucionária, como também soube aplicá-la à realidade concreta da Nicarágua. Era um estudioso do marxismo, mas não era um estudioso de manuais, senão da ciência revolucionária. Nunca foi alheio à Mariátegui nem à experiência revolucionária mundial.

Mas como Carlos Fonseca abordou o conhecimento da realidade da Nicarágua? Abordou-a estudando a história da Nicarágua e particularmente a história de Sandino. Se há alguém a quem deve ser atribuído o mérito de haver resgatado a figura histórica de Sandino, este é Carlos Fonseca. Para ele, era uma obsessão, no melhor sentido da palavra, evitar que Sandino fosse um desconhecido neste país, deliberadamente enviado à morte e ao ostracismo.

do esquecimento pela ditadura de Somoza e pelo imperialismo.

Mas não somente a ditadura de Somoza, senão também as outras forças políticas da Nicarágua, que se alguma vez o mencionaram, foi para tratar de desprestigiá-lo. Quando mataram Sandino, todos os partidos políticos, o liberal e o conservador, celebraram com champagne e, a partir deste momento, começaram a ignorá-lo.

Somoza seqüestrou a documentação, as cartas, os manifestos de Sandino e afortunadamente cometeu o erro de publicar a maior parte dos papéis que caíram em seu poder em um livro intitulado *Sandino, el calvario de las Segovias*, uma das fontes bibliográficas importantes redescobertas por Carlos Fonseca.

Tivemos que ver o marxismo com olhos nicaraguenses e ver a Nicarágua com um critério marxista.

Além disso, foram significativas as investigações de Gregório Selser, o qual publicou um trabalho muito importante, um par de livros sobre Sandino que também foram reproduzidos por Carlos Fonseca na Nicarágua. Silvio Mayorga também participou ativamente na elaboração destas obras, publicadas claramente neste país. Além disso, Carlos começou a pesquisar sobre Sandino entre os combatentes que haviam sobrevivido à sua luta.

Quando foi fundada a Frente Sandinista em 1961, Carlos Fonseca insitiu que essa organização se chamasse sandinista, porque o termo incorporava a história da Nicarágua a um movimento revolucionário nicaraguense. Incorporava o elemento antiimperialista — que é uma parte intrínseca da história deste país — e dava a ele um conteúdo revolucionário.

Daí que vem o que dizia Ricardo Morales posteriormente, de que deve se ver o marxismo com olhos nicaraguenses e ver a Nicarágua com um critério marxista. E o resultado desta filosofia que desenvolveu Carlos Fonseca. Se se pode falar agora, talvez, de uma história do marxismo na Nicarágua, temos que abordá-la em termos de qualidade. Uma história vibrante e densa, e não uma longa história, que jamais existiu.

O crescimento da inflação e a explosão dos juros trouxe o inferno para a vida de uma massa de pequenos proprietários urbanos e rurais. Nos últimos meses, estes pequenos donos de terra, de lojas e bares ou fábricas começaram a reagir.

No campo, nos meses de março e abril, perto de meio milhão de agricultores mobilizados em importantes áreas de produção rural do país os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul — bloquearam estradas a partir do controle de decisivos entroncamentos estratégicos, ocuparam dezenas de cidades do interior nas quais o comércio fechou as portas e os bancos tiveram que suspender suas atividades. Por três dias, foi paralisado o transporte em direção aos grandes armazéns e portos de exportação, impondo uma parada repentina a toda atividade econômica numa vasta área.

As jornadas camponesas de março-abril de 1987 são especialmente importantes porque marcaram a primeira grande ruptura com a Frente Ampla, organizada pela UDR e outras entidades nacionais controladas pelo latifúndio, e que vinham procurando canalizar e utilizar politicamente a massa de pequenos produtores para seus próprios objetivos. Pela primeira vez, os pequenos lavradores ocuparam o centro da cena, falaram sua própria língua e tiveram noção de sua força e autonomia através de uma experiência inédita de auto-organização e iniciativa independente.

Os lavradores selaram a primeira ação comum, em fraternal unidade combativa com a classe operária. Uma primeira vitória da CUT em procurar trazer para o seu campo os pequenos produtores esmagados pela política do governo, pelos juros dos bancos e pelos grandes proprietários.

Márcia Camargo e

Isaac Akcelrud

A idéia da paralisação das estradas e da imobilização das mercadorias teve seu primeiro teste por ocasião da greve geral de dezembro de 1986. Foi a maneira de inserção camponesa na luta dos trabalhadores da cidade. A experiência obtida em diferentes pontos do país valeu para o planejamento das ações rurais de março/abril deste ano.

O primeiro passo para a deflagração do movimento foi dado com a mobilização, no dia cinco de março, dos lavradores pobres do Alto Uruguai já em ação na luta contra as barragens, e nas Missões, nos dias nove e dez. Os sindicatos de trabalhadores rurais ligados à CUT fizeram sua grande prova de liderança e organização.

A Federação do Trabalhadores na Agricultura, atrelada ao governo, se deu conta que ficaria isolada, falando sozinha, se não entrasse no movimento. Em apenas uma semana, já no dia 17, promoveu uma assembleia geral. Por iniciativa da Secretaria Rural da CUT-RS, foi proposta e aceita a unificação das reivindicações e a generalização da luta. No mesmo dia 17, estava sendo entregue ao ministro da Agricultura, Iris Resende, o memorial dos pequenos produtores dos cinco estados do sul. Na base, acordo com a Fetag para facilitar a mobilização mais ampla possível. Na cúpula, diálogo com o governo para que os próprios pequenos agricultores vissem e compreendessem que se passava por si mesmos. Tudo foi informado, discutido e analisado em assembleias, seminários e reuniões de todo tipo.

Centenas de milhares de pessoas simples realizaram uma experiência política insubstituível. Os pequenos produtores rurais, num curto espaço de tempo, participaram de ações e iniciativas que lhes permitiram comparar e avaliar as forças sociais e políticas que se confrontam no campo e em todo país.

Quando participaram do "grito do campo", aos milhares, foram conduzidos pela burguesia rural a uma grande manifestação que só serviu para fazer o cartaz do atual secretário da Agricultura, Jarbas Pires Machado do PMDB. Os grandes fazendeiros e empresários da Farsul é que tiravam proveito dos protestos setoriais. Os pequenos continuavam na mesma. Serviam apenas de massa-de-manobra.

Ação independente

Ombro a ombro com a CUT, pelo contrário, descobriram o valor da verdadeira solidariedade. Em lugar de manifestações setoriais, passivas a reboque da burguesia rural, o bloqueio dos bancos e rodovias e a ocupação de cidades os levou a mobilizações ativas e independentes. Deixaram de servir de tapete e escada para os ricos e seus politiquinhos.

Os pequenos agricultores verificaram o importante papel que representam na economia quando fizeram tudo parar. Assumiram responsabilidades e exerceram "autoridade" em muitos municípios e nas estradas que controlaram.

A unidade e democracia do movimento foram garantidas na discussão permanente em assembleia geral, nos piquetes e nas cidades. As comissões de mobilização, negociação, segurança, trânsito, alimentação, saúde e muitas outras não só garantiram o bom funcionamento do movimento, como permitiram o despertar e a incorporação de inúmeras novas lideranças na luta e

Jornadas camponesas de março-abril

A grande lição da autonomia



Luiz A. Ribeiro, GEA.

Colonos bloquearam estradas e bancos

a descentralização do poder de decisão e iniciativa das direções sindicais.

Esta experiência está incorporada definitivamente ao arsenal de combate das massas rurais. O campo não será mais como antes.

Camponeses e bancários

O movimento coincidiu com a greve nacional dos bancários, o que revelou outro aspecto favorável à união cidade-campo. Muitas lideranças tinham considerado surpreendente a adesão à greve dos bancários no interior. Tudo indica porém, que essa adesão se explica pelo fato dessas cidades serem centros de comércio intimamente ligados à economia rural e muito sensíveis ao estado de espírito dos pequenos agricultores. Os interesses de bancários e pequenos agricultores coincidiram tanto na greve como no bloqueio das estradas.

A comparação entre o reivindicado e o alcançado revela que o saldo de ganhos imediatos ainda é pequeno. O governo atendeu apenas a duas reivindicações. Foi eliminada a correção monetária das dívidas do Plano Cruzado

que os bancos já vinham cobrando. Foi concedida a moratória por quatro anos com dois de carência e juros de 6% para os pequenos agricultores com dívidas de até 200 mil cruzados no dia 28 de fevereiro de 1986. É muito pouco. Urgente é a questão do reajuste dos preços agrícolas. A luta tem que continuar.

Enquanto concedia o mínimo possível, o governo lançava a Tropa federal nas estradas e as polícias militares sobre as concentrações camponesas. O aparato bélico, a ostentação de canhões e armas modernas em formação de combate não intimidaram ninguém. Dava para perceber a diferença entre exhibir e usar as armas. Houve prisões e provocações que fizeram vítimas, como aquele caminhão lançado contra os camponeses em Sarandi, no Rio Grande do Sul. Mas ninguém pensou em voltar para casa por causa disto.

Os camponeses encerraram o capítulo de cabeça erguida e com a disposição de voltar logo em ações ainda mais disciplinadas e melhor organizadas.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Régis Moraes, Américo Bernardes, Antônio Helder, Carlos Henrique Arabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Álvaro Merlo, Raul Pont.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS n.º 2.769

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC n.º 46.093.549/0001-10.

Sucursais: **Belo Horizonte:** Rua Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30.000; fone 226-2643; **Porto Alegre:** Rua Fernandes Vieira, 618 — Loja 04 — Bonfim — CEP 90.000 — Fone 27-4642; **Rio de Janeiro:** Rua Senador Dantas, 117 — Sala 1.414 — CEP 20.031; **Vitória:** Caixa Postal 1.427 — CEP 29.000; **Natal:** Caixa Postal 1.550 — CEP 59.072; **Belém:** Caixa Postal 4.001 — CEP 66.000; **Florianópolis:** Caixa Postal 5.088 — Cidade Universitária — CEP 88.000; **Goiânia:** Caixa Postal 469 — CEP 74.000; **João Pessoa:** Caixa Postal 5.031 — CEP 58.000; **Recife:** Caixa Postal 2.028 — CEP 50.000.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo — SP.

Novos rumos no campo

Começam a se diferenciar os interesses do pequeno produtor em relação ao latifúndio. Tem início a unificação com os trabalhadores urbanos

Os pequenos produtores encontram-se numa situação desesperadora.

A cobrança de altíssimos juros e a correção monetária sobre os empréstimos contraídos na ilusão e no logro do Plano Cruzado agravaram a espoliação de que já eram vítimas.

Neste momento, a imprensa burguesa está trombeteando aos quatro ventos a alegre notícia da maior safra agrícola dos últimos tempos. Com a política agrícola de Sarney, até isto é ruim, péssimo, para o pobre. A produção sobe, o preço cai. A oferta aumenta, o preço diminui. Vai daí que essa grande produção é um sufoco para o pequeno agricultor que não conta com o mínimo de infraestrutura de armazenagem e distribuição e, por isto, tem que vender sua produção a preço vil, abaixo dos custos de produção. Acossado pelas dívidas, ai mesmo é que o pequeno lavrador é obrigado a entregar sua produção a preços irrisórios impostos por intermediários insaciáveis.

A questão-chave

A luta contra os juros e a correção monetária é uma luta pela sobrevivência. É uma questão de vida ou morte. A resistência a essa espoliação tornou-se a questão-chave



O Exército intervém. A Brigada, ao fundo, observa.

para a organização e mobilização do pequeno agricultor. Só no Rio Grande do Sul, a cobrança da correção monetária inviabilizaria imediatamente 30% das pequenas culturas agrícolas. Agora mesmo, já chega a 3.000 o número de pequenas propriedades que estão sendo leiloadas pela justiça para pagamento de dívidas. A grande maioria apenas adiará esse desfecho com um refinanciamento nas mesmas condições atuais.

Com uma inserção já bastante expressiva em setores importantes do meio rural, a Central Única dos Trabalhadores identificou com acerto a importância da luta contra a correção monetária para demarcar o interesse próprio e específico do pequeno lavrador, diferenciando-o em firme contraste com os grandes proprietários organizados na Frente Ampla da Agropecuária, manipulada pela UDR e pela Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul).

A diferenciação dos interesses dos pequenos agricultores em relação aos grandes produtores e latifundiários começou a abalar pela raiz a tradicional hegemonia e liderança política e o controle caudilhesco sobre as populações antes isoladas no interior. Começa a tornar-se cada vez mais claro que

a Frente Ampla mente, quando fala em agricultura "em geral", engana e falsifica quando propõe um programa único e comum para todos, grandes e pequenos.

Os fazendeiros e empresários rurais têm a vantagem da produtividade mais alta a custo mais baixo. Possuem as máquinas, são donos das melhores terras, exploram mão-de-obra barata, têm acesso ao crédito e todas as medidas do governo os favorecem.

Em contraste, o pequeno produtor não dispõe de crédito, conta unicamente com a mão-de-obra familiar e só pode tocar a produção com os mínimos e escassos recursos próprios. Seu esforço é bloqueado e a lavoura inviabilizada pelos preços mínimos inferiores aos custos de produção. Qualquer alteração climática lhe é fatal porque não conta com seguro algum, enquanto o financiamento dos grandes já traz o seguro embutido no próprio empréstimo.

Por causa disto tudo, só em 1985/86 nada menos que cem mil pequenas propriedades foram engolidas pelos grandes capitalistas. Os camponeses verificam facilmente que a perda de suas terras não é uma coisa de momento, por causa de dificuldades passageiras. Pelo contrário, trata-se de um processo sistemático e contínuo. Os pequenos

Luiz A. Ribeiro/GEA.

proprietários vão sendo implacavelmente transformados em trabalhadores rurais sem terra, bóias frias ou assalariados rurais.

A experiência do Rio Grande do Sul foi fundamental na discussão e organização que resultou na elaboração da nova pauta de reivindicações. A Secretaria Rural da CUT-RS, junto com sindicatos rurais e grupos de agricultores, já definiu algumas reivindicações centrais, cujos pontos principais podem ser assim resumidos:

— os financiamentos agrícolas devem ser vinculados aos preços dos produtos; a correção monetária é vinculada ao Índice de Preços Recebidos pelos agricultores em cada região;

— os juros e correção monetária devem ser diferentes conforme se trate de pequenos, médios ou grandes produtores; um tratamento diferenciado deve ser dispensado aos assentados pela reforma agrária;

— além da correção mensal dos preços mínimos, levando em conta os custos de produção e assegurando um lucro de 30% (o que até o Estatuto da Terra oferece), garantia real de compra pelo governo.

— para evitar fraudes, é exigida a inclusão de técnicos de confiança dos agricultores nas equipes oficiais;

— o crédito dos bancos estatais deve ser reservado apenas para os pequenos agricultores, que são contra o esvaziamento do Banco do Brasil como fornecedor de crédito ao setor agrícola.

A pauta de reivindicações dos pequenos agricultores inclui como sua a exigência do salário mínimo dos trabalhadores urbanos segundo os cálculos do DIEESE com correção mensal pelo Índice de Preços ao Consumidor. E combina luta pela reforma agrária com o não pagamento da dívida externa.

A plataforma da nova política agrícola unifica as reivindicações das massas rurais com as dos trabalhadores urbanos.

Espírito Santo

Uma nova força na construção da CUT

Apesar de ser o nome de uma pequena fruta, Araçá era o termo empregado pelos trabalhadores da Companhia Vale do Rio Doce para afirmar que estavam sem dinheiro. Foi simbolizando o arrocho salarial que a oposição sindical, ao surgir em 1981, adotou este nome.

Passados seis anos, o Movimento Sindical Ferroviário, que batizou seu jornal de O Araçá, venceu as eleições para o maior sindicato dos trabalhadores do Espírito Santo, um sindicato que abrange as cidades capixabas de Vitória, Vila Velha, Colatina, João Neiva, Serra e Cariacica e as cidades mineiras de Governador Valadares, Nova Era e Conselheiro Pena.

Apesar de ter um programa explicitamente afinado com a CUT e representar toda a tradição do trabalho da oposição — obteve mais do dobro de votos do que o das outras três chapas concorrentes — a chapa 1 não obteve o apoio das direções estaduais da CUT e do PT. Um erro só explicado pela mesquinha posição de privilegiar a disputa de posições no interior da CUT ao invés dos reais interesses dos trabalhadores.

Aqui, uma entrevista com Renato Menezes, o novo presidente eleito, sobre os rumos da construção da CUT no Espírito Santo.



Renato Menezes

— Qual a avaliação que você faz do movimento sindical capixaba?

Renato Menezes — Para ser fazer esta avaliação, temos que voltar ao ano de 1980, quando, com a vitória da oposição no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, temos o início da reorganização sindical no Espírito Santo. Evidentemente, houve nos anos anteriores outras vitórias em vários sindicatos de setores médios assalariados assim como a construção de outras entidades, mas a vitória da oposição da Construção Civil foi um marco.

Tivemos depois, entre os anos de

1982 e 1985, um novo ciclo em que as vitórias se deram nos sindicatos de trabalhadores rurais.

Em 1985, começa uma nova etapa, na área urbana, com a construção do Sindicato dos Trabalhadores na Aracruz Celulose, com a vitória das oposições dos bancários, dos telefônicos, dos eletricitários, dos trabalhadores na indústria de chocolate. Esta etapa ainda não se encerrou, pois mesmo com a nossa vitória, no maior sindicato operário do estado, temos ainda o desafio de tomar dos pelegos a direção do Sindicato dos Metalúrgicos.

— Como estes ciclos repercutiram no processo de formação da CUT?

Renato Menezes — Antes da criação da CUT, tínhamos uma composição no movimento sindical capixaba onde predominavam os setores médios, como os médios, jornalistas, professores e funcionários públicos. Depois, passamos a ter a fase do campo. Em plenárias da CUT, até 80% dos delegados eram trabalhadores rurais, em uma situação na qual a população capixaba tem uma concentração de mais de 50% na área da grande Vitória. Já no último Congresso, deu para sentir que os trabalhadores das grandes indústrias se faziam presentes, começando a se representar nas instâncias de direção.

— Já estão marcados os Congressos regionais da CUT. Você acredita que esta situação será alterada?

Renato Menezes — No último Congresso, por uma análise política incorreta, fechou-se, em parte, a participação na direção para setores que estavam vindo de importantes vitórias eleitorais. Assim, estes setores ocuparam seus espaços no movimento sindical, sem que isto fosse canalizado para o fortalecimento da direção da CUT. Esta distorção se refletiu na própria organização da CUT capixaba que, depois de se tornar referência para amplos setores de trabalhadores, passa hoje por uma profunda crise.

No meu entender, a CUT tem que refletir os diversos graus de organização dos trabalhadores e hoje, inegavelmente, os operários capixabas são uma força viva na conjuntura local. Uma forte bancada de trabalhadores das grandes empresas, como a Vale, a Aracruz, a CST, os eletricitários, os telefônicos, bancários e outros, somados ao movimento dos trabalhadores, sem terra poderão começar a romper as limitações até então vividas no sentido de enfrentar a política de arrocho que os patrões do campo e da cidade querem nos impor. Mas somente isto não basta. Temos que ir além, buscando desenvolver um projeto de transformação da sociedade, que somente os setores socialistas podem forjar. Para isso, é importante a superação da visão ainda economicista que norteia o sindicalismo, com sua maior politização.



Onde vai Gorbatchev?

Ernest Mandel

Algumas das reformas anunciadas por Gorbatchev já estavam no ar: não se discutia apenas no interior do aparelho do partido, mas também com a intelectualidade e mesmo hóspedes estrangeiros. Uma parte das propostas debatidas não foi, aliás, introduzida ainda, qual seja, o princípio da rotatividade obrigatória dos altos dirigentes do partido e a limitação dos mandatos — mesmo no Comitê Central e no Birô Político — a duas legislaturas.

De qualquer forma, parece que Gorbatchev fez seu efeito surpresa. Enquanto um projeto de relatório circulava entre os membros e candidatos do Birô Político, os detalhes referentes as novas formas de escrutínio foram omitidos. Eles provocaram, ao que parece, um efeito bomba no Comitê Central.

A surpresa, o adiamento repetido do Pleno do CC, a interrupção da sessão, o número de intervenções que se seguiram ao relatório do Secretário Geral (pelo menos 34), o fato de que a resolução final não menciona toda uma série de propostas mais radicais, tudo isso atesta as resistências que Gorbatchev encontrou na cúpula da burocracia. O fato de que a renovação do Birô Político foi menor que a prevista enfatiza ainda mais a amplitude das resistências.

Estas resistências são o reflexo, na cúpula da burocracia, do conservadorismo da maioria do aparelho burocrático. Este tem medo de toda mudança profunda, de tudo que não é apenas superficial. A burocracia desconfia das duas palavras de ordem centrais de Gorbatchev: glasnost (transparência, ou seja, informação mais sincera, mais realista, mais completa) e perestroika (reestruturação, reformulação, reforma radical).

A crise da gestão burocrática

Isto não significa que Gorbatchev represente um elemento fundamentalmente antiburocrático, renovador no sentido sócio-político do termo, na vida do Estado e do Partido, ou que ele esteja isolado do resto da sociedade. Gorbatchev representa a ala mais lúcida da burocracia — principalmente da intelectualidade e dos tecnocratas, e também, parece, do aparelho policial e militar — que tomou consciência da gravidade da crise na qual a gestão burocrática mergulhou a União Soviética.

Gorbatchev acelera auto-reforma da burocracia

Mikhail Gorbatchev falou durante dez horas na reunião plenária do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. A reunião havia sido adiada várias vezes e ocorreu nos dias 27 e 28 de janeiro. O relatório de Gorbatchev marca a aceleração das reformas que o Secretário Geral tinha iniciado desde sua chegada ao poder em 85. O fato novo é que o centro de gravidade das reformas se desloca do terreno econômico e sócio-moral da luta contra o alcoolismo e a corrupção para o terreno puramente político.

Pela primeira vez depois de quarenta e cinco anos será convocada uma conferência extraordinária do PCUS no início do próximo ano. O método de seleção de candidatos às eleições dos Soviets locais e regionais será modificada. A forma de escolha dos responsáveis do partido, em vários níveis sucessivos, também. Não é certo, entretanto, que a introdução do escrutínio secreto se aplicará igualmente à eleição dos delegados para o Congresso do partido, assim como para a eleição dos membros do Comitê Central.

Se Gorbatchev a descreve agora em termos dramáticos no seu relatório ao CC; se fala mais e mais de uma verdadeira “revolução” que será necessária, é com o objetivo de salvar o regime burocrático, não para derrubá-lo. As divergências entre ele e a fração dita “conservadora”, se baseia na subestimação criminosa da crise pelos conservadores. Criminosa justamente do ponto de vista dos interesses do conjunto da burocracia.

Várias provas dos objetivos de defesa da ditadura burocrática podem ser retiradas do relatório de Gorbatchev. O princípio do partido único é defendido enfaticamente, assim como o dogma de seu papel necessariamente dirigente no domínio político. Gorbatchev elogiou a KGB (quem pediu?) enquanto instituição. O “princípio” do centralismo democrático tal como funciona depois da vitória da fração stalinista, ou seja, na realidade o centralismo burocrático, é considerado como pedra de toque de todo o sistema político. Sua extensão do partido às organizações de massa é às estruturas do Estado é celebrada como a essência do marxismo-leninismo, com o qual não tem evidentemente nada a ver.

Ao avaliarmos o objetivo perseguido por Gorbatchev à luz dos meios propostos para atingi-los é que o dilema diante do qual ele está colocado aparece de forma mais clara. Após quase sessenta anos, tudo funciona na União Soviética com base no comando vertical, de cima para baixo, sem iniciativa ou auto-organização das massas. O interesse material dos burocratas é o motor da realização do plano, o que faz andar a máquina econômica e sustenta a ditadura burocrática. Monopólio de poder e de privilégios materiais se determinam mutuamente. Naturalmente foi de cima para baixo que Gorbatchev começou a aplicar suas reformas.

Então, vejamos: o aparelho resiste, demonstra um peso insuspeitado, sabota, ou pior ainda, faz obstrução sistemática. É preciso sacudi-lo. Começa-se por sacudir administrativamente os administradores. Novas obstruções, novas manifestações absurdas de inércia, novos fracassos parciais, novos atrasos e adiamentos. Mas a bomba de efeito retardado da crise do sistema faz ouvir o seu tic-tac impiedoso. O tempo passa, o tempo é perdido. E este tempo perdido agrava a crise. Então é preciso fazer agir outros atores sociais. Fora

da burocracia não há senão as massas que poderiam ser o sujeito da “verdadeira revolução” que a URSS tem necessidade segundo Gorbatchev. A intelectualidade tecnocrática e cultural que o apóia com mais e mais entusiasmo não tem peso diante dos milhões de funcionários e controladores que defendem sua vida calma e seus privilégios.

Mas como mobilizar as massas contra os burocratas, fazendo tudo para controlar e canalizar suas manifestações pelos próprios burocratas? Os exemplos da Hungria, da Tchecoslováquia, da China, e sobretudo do Solidariedade na Polônia, confirmam os riscos de uma tal “aventura”. Na verdade, a “ditadura liberal” de Gorbatchev está presa entre dois fogos. E as divisões na burocracia ampliam a brecha pela qual a ação autônoma das massas pode cedo ou tarde irromper.

Um diagnóstico incompleto

Se Gorbatchev fala de crise do sistema nos termos mais graves, ele não oferece ao mesmo tempo uma explicação adequada de como a URSS chegou a isso. É que, como todos os ideólogos e políticos da burocracia, ele é incapaz de analisá-la como uma força social. A burocracia não passa, para Gorbatchev, de um fenômeno psicológico, de uma soma de erros de comportamento e de fracassos, de um sistema de idéias inadequados. As raízes sociais destes fenômenos superestruturais são escamoteados.

Assim, quando o período stalinista é condenado em seu relatório, é em termos puramente ideológicos, tão benignos que parecem um insulto às vítimas do terror. Não é surpreendente, nestas condições, a condenação mais radical da era Brejnev do que da era Stalin. Um verdadeiro quadro negro é apresentado: estagnação em todos os domínios, inércia, falta de respeito às leis, corrupção ampliada, declínio da moralidade, bloqueio das reformas, progresso social e econômico freiado, desprezo pelos problemas sociais.

É verdade que uma retomada da destalinização explícita, como foi feita no XX Congresso do PCUS em 1956 assim como no XXII em 1961 não está excluída. Fala-se atualmente na imprensa soviética do testamento de Lenin, sobretudo do seu julgamento negativo de Stalin, sem republicar, entretanto, o testamento completo para não

levantar questões delicadas dos processos de Moscou, da composição do Birô Político na época de Lenin, do julgamento globalmente positivo que o testamento formula sobre os dirigentes bolcheviques assassinados por Stalin, principalmente Trotsky e Boukharin.

Estas questões estão no centro do problema. Kroutchev tropeçou nelas. Não se pode reabilitar em bloco as vítimas dos expurgos stalinistas sem condenar em bloco seus carrascos, seus carcereiros e seus denunciadores, quer dizer, o grosso do aparelho burocrático. Do mesmo modo, não se pode colocar em questão este aparelho no seu conjunto sem revelar os mecanismos de poder político graças aos quais crimes monstruosos puderam ser cometidos, e as razões pelas quais a burocracia tolerou (ou quis) que eles fossem cometidos. Isto nos remete à questão dos privilégios materiais da burocracia, notadamente dos magazines especiais, das salas reservadas nos hospitais e centros de férias, dos automóveis funcionais colocados a sua disposição. O XXVII Congresso do PCUS em fevereiro de 86 tocou um pouco neste assunto, mas logo o silêncio foi retomado. Gorbachev parece não haver mencionado nada a respeito do seu relatório ao CC.

Produção e consumo

Aí se manifesta o segundo dilema para Gorbachev. Ele estigmatiza a verdadeira "corrupção moral" que a sociedade soviética teria sofrido desde a era Brejnev. Diz que os valores ocidentais da sociedade de consumo se fortaleceram na URSS: "Há um crescimento dos grupos, entre eles muitos jovens, para os quais o objetivo da existência se reduz à procura de bem-estar material, do lucro não importa a que preço. A atitude cínica destes grupos tem se agravado e começa a influenciar a consciência daqueles que os cercam" (minuta do relatório em L'Unita de 28/01/87). Para poder criticar desse modo a sociedade de consumo, Gorbachev deveria logicamente dizer o que pensa da versão pregada por Nikita Khrochtchev, e conhecida pelo nome de "socialismo do goulash".

Gorbachev faz um vibrante elogio dos estímulos morais e do "ideal comunista". Mas como não se dar conta de que tudo isso soa falso com a sobrevivência por tanto tempo dos enormes privilégios materiais dados à cúpula da burocracia? É possível acreditar um só instante que o povo não perceberá que isso é um engodo?

Não se pode sair desse dilema sem atingir a burocracia no coração (abaixo do qual se encontra a carteira), sem terminar com a mistificação cínica da luta contra "o igualitarismo pequeno-burguês" (quando seria mais correto falar da oposição pequeno-burguesa à igualdade) que se encontra ainda no relatório de Gorbachev, na mais pura tradição stalinista.

Este dilema encobre um terceiro. Após um ano, Gorbachev está em vias de deslocar o eixo da reforma econômica da esfera do consumo para a da produção. No XXVII Congresso do PCUS deu-se ainda muito espaço para a melhoria do nível de vida das massas, e notadamente à promessa de uma moradia moderna e confortável para todos até o ano 2000. Mas nas entrelinhas se desenha uma nova pressão produtivista. É ela que torna os trabalhadores desconfiados.

Para que a reforma econômica seja aceita pelas massas, para que os traba-



Gorbachev quer uma "revolução" sem as massas

lhadores se reconheçam como parte interessada, que se mobilizem para defendê-la, não é suficiente apelar ao "ideal", sobretudo numa sociedade tão saturada de ceticismo, de hipocrisia, senão de cinismo, como é a sociedade soviética hoje. É necessário que os trabalhadores tenham garantias de que um esforço suplementar não se volte contra eles, não coloque em questão sobretudo o pleno emprego, não agrave a desigualdade. Mas como dar estas garantias fazendo aumentar ao mesmo tempo os direitos e os poderes dos diretores e tecnocratas nas empresas, lançando mão intensamente dos estímulos materiais, o que é o sentido fundamental da reforma econômica?

Pode-se entender a amplitude do dilema de Gorbachev comparando sua situação com a de Deng Ziaoping na China. A velha raposa chinesa dispunha de um trunfo maior. Suas reformas econômicas poderiam fazer crescer enormemente as rendas de uma parte do campesinato, mesmo ao preço de um aumento da desigualdade no interior deste. Ora, o campesinato é a grande maioria da população chinesa. Mas a grande maioria da população da URSS não é composta nem de camponeses, nem de burocratas. Ela é constituída por simples assalariados. Para estes, Gorbachev não tem grande coisa a oferecer no plano material. A melhoria do abastecimento, mesmo em alimentos, pela extensão do setor cooperativo, teve como contrapartida uma alta vertiginosa dos preços. Nos mercados cooperativos abertos em Moscou se encontra salsicha de qualidade sem ter de fazer fila. Mas ela custa cinco vezes o preço adotado pelos mercados do Estado, o que é proibitivo para os trabalhadores.

A única saída de Gorbachev, nestas condições, é oferecer alguma coisa no plano institucional, mas os contornos e o conteúdo da oferta são muito vagos para ultrapassar o ceticismo.

Um debate interessante se desenvolve atualmente na URSS a respeito da autogestão das empresas. Apesar do barulho feito em torno da "transparência" não se tem senão um eco indireto, notadamente o artigo de Lev Tolounov, membro do CC do PCUS e presidente do Soviet da União (uma das duas Câmaras do Soviet supremo) da URSS, publicado no número de outubro de 86 da "Nouvelle Revue Internationale".

As contradições da posição "oficial" defendida por Tolounov são tão evidentes que vale a pena citar: "Nosso partido (...) rejeitou resolutamente as concepções do "comunismo de caserna" que nega as formas demo-

cráticas de autogestão dos trabalhadores para dar a prioridade aos métodos militares-burocráticos. Ao mesmo tempo, o partido se pronunciou e pronunciou-se sempre, conseqüente e resolutamente, contra as teorias pequeno-burguesas anarco-sindicalistas da "autogestão operária". Estas últimas são inaceitáveis para nós, porque elas opõem o estado socialista à autogestão dos coletivos de trabalhadores. Na realidade, como mostra a experiência, o Estado socialista age em comum com as organizações socialistas e os coletivos de trabalhadores, enquanto instrumento de autogestão do povo" (p. 57).

É a desconfiança com relação aos trabalhadores que caracteriza a equipe Gorbachev. É a desconfiança com relação à equipe Gorbachev que caracteriza a atitude dos trabalhadores. Dos dois lados, isto de nenhuma forma reflete uma falta de lucidez. Esta desconfiança recíproca circunscreve bem os dilemas de Gorbachev. Não se conseguirá ultrapassá-los com propaganda. Até aqui, Gorbachev se revelou um grande expert em relações públicas, mas permanece muito pouco expert em termos de diálogo com a classe operária.

O nascimento de uma consciência social

Durante os últimos anos, uma verdadeira opinião pública se constituiu progressivamente na URSS. Mas era uma opinião pública fechada nos "microambientes" sociais, quer dizer, dispersa, fragmentada.

O fato novo que se assiste atualmente, e do qual a ofensiva de Gorbachev com sua "glasnost" não está desligado, é o nascimento de uma consciência envolvendo os problemas sociais em um plano muito mais extenso. O escritor Evgueni Evtouchenko resumiu esta situação no que se refere a juventude com a lapidar fórmula: "Aqueles e aquelas que fazem atualmente seu vestibular se interessam mais pelas ciências do espírito (humanas e sociais) do que pelas ciências naturais ou matérias técnicas" (Der Spiegel, 02/02/87).

É preciso sublinhar que a reaparição de uma consciência social mais ampla na URSS não vem ainda acompanhada de uma verdadeira politização, mesmo no seio da intelectualidade. A razão é dupla. Inicialmente os próprios dirigentes a desencorajaram. Por outro lado, as próprias massas hesitam em se engajar nesta via. Um acontecimento recente o prova. A sensação do momento em Moscou, mais do que o Pleno do Comitê Central, é a apresentação do filme "O arrependimento" de Tenguis Abouladze, que é uma crítica

violenta do terror stalinista, mas sob uma forma alegórica, sem que o ditador seja citado (o que não é evidentemente fortuito; nem que o ditador apareça com traços que lembram mais os de Beria do que os de Stalin). A saída do cinema se formam grupos que discutem com interesse, senão com paixão, a mensagem do filme e o balanço da época stalinista. Estas discussões parecem totalmente espontâneas e livres. Mas, pelo menos até aqui, elas se limitam ao passado. Não tocam nem de leve as questões da atualidade, as estruturas políticas vigentes ou as reformas de Gorbachev.

Sem mobilização de massas não há democracia socialista

Acreditar que se possam dar mudanças realmente revolucionárias na União Soviética tal como ela é atualmente, sem que a classe operária se mobilize, é uma ilusão. Acreditar que se possa mobilizar a classe operária sem apelar aos seus interesses, é cair na utopia idealista e voluntarista mais estéril. Os grandes eixos do "envolvimento ativo", tanto material como moral dos trabalhadores nas sociedades pós-capitalistas passam por vias bem conhecidas após 30 anos: solidariedade, justiça, igualdade, poderes de decisão reais.

Para aqueles que retrucam que não se pode andar tão depressa sem fazer crescer os obstáculos, respondemos que até agora tudo tem andado muito lentamente. Segundo o "Sunday Times" de 14/02/86, um documento redigido por dezenas de membros da Academia sublinhava a gravidade da crise (uma desordem terrível) e reclamava a aceleração das reformas. Aos gorbachevianos que dizem que o povo só se adapta lentamente à aprendizagem da democracia alertamos que o seu paternalismo os leva a um impasse. Suas próprias palavras de ordem dão conta da contradição em que caem, que chega ao ridículo: "Não tenhamos medo de avançar ousadamente, de maneira decidida". No mundo real, os audaciosos se caracterizam pelo fato de que, por definição, eles não tem medo de que alguém possa amedrontá-los. Esta coragem será adquirida pelas massas por sua própria prática e suas próprias iniciativas, como durante a revolução de 1917; não sob o comando ou de acordo com regras bem estabelecidas e limitadas de cima.

Falando a 19 de junho de 86 diante de um grupo de escritores, Gorbachev afirmou: "o inimigo (leia-se a burguesia internacional) não teme as fusões nucleares soviéticas. Mas ele teme a extensão da democracia na URSS" (New York Times, 22/12/86). Uma União Soviética onde predominasse uma verdadeira democracia socialista seria uma força de atração para as massas do mundo inteiro e modificaria de um só golpe toda a situação mundial. Com a condição de que se tratasse de uma democracia socialista real, que desse aos trabalhadores não apenas direitos e poderes econômicos, mas direitos e poderes políticos maiores que nos países capitalistas avançados. Uma tal democracia não será produto da iniciativa de Gorbachev, ela virá das ações das massas. Mas as reformas de Gorbachev abrem uma brecha pela qual esta ação poderá se infiltrar, quando as esperanças suscitadas tiverem sido frustradas.

Tradução de Ricardo Fonseca Rabelo e condensação do artigo original de Paulo Cezar da Rosa.

EM TEMPO faz dez anos

A direção do jornal **EM TEMPO**, reunida no mês de abril, decidiu iniciar uma campanha especial, um esforço extraordinário, para garantir a sobrevivência do jornal, a sua periodicidade regular, a sua melhoria editorial e a sua expansão de público. A reunião serviu igualmente para clarear a função do jornal no atual período de construção do PT e da CUT.

O jornal **EM TEMPO** é o único dos alternativos políticos criados ao longo desta periodicidade; reduziu drástica-

mente a sua equipe administrativa e redacional.

As dificuldades materiais

Apesar de todos estes recuos que se impuseram, a luta pela sobrevivência do jornal é ainda muito difícil. A distância entre os custos e a receita ameaça sempre. Sem tiragem suficiente para ser colocado em venda nas bancas, as receitas do jornal provêm das assinaturas, das vendas diretas realizadas nos fóruns do movimento operário e popular, da venda de livros e promoções. Dois grandes pontos positivos: o jornal conseguiu manter uma renda de assinaturas não desprezível (cerca de 2.000 atualmente) e uma distribuição seletiva, para mais de quinze estados do país.

A liberdade de imprensa, sabemos, é sempre uma meia verdade no capitalismo. A "censura" do mercado, embora bem menos estridente, é muito mais ar-

ros aparelhos e recursos. Resta ainda construir uma poderosa, variada e pluralista rede de imprensa política do movimento operário: neste campo, estamos ainda engatinhando.

Qual função

O **EM TEMPO** foi na sua origem o órgão de uma frente de esquerda voltada para torpedear a ditadura militar. Nos anos seguintes, cumpriu um grande papel de incentivador, informador e polemizador da construção do PT: por isso, não era raro ser confundido por alguns com o jornal oficial do partido quando era apenas o veículo de uma das suas correntes.

Mais do que nunca, seria um grande erro qualquer ambigüidade nesta questão. Temos de redobrar os esforços para que o PT construa e sua imprensa: um jornal que sirva de diálogo permanente do partido com as massas; um boletim que sirva de canal de discussão e informação entre a direção do PT e seus militantes e entre os militantes entre si; uma revista teórica, para os grandes debates.

A função do jornal **EM TEMPO** é de qualidade diferente. Ele não se propõe a substituir, em qualquer nível, a imprensa do partido. Não pretende ser nem um jornal de agitação, voltando para o consumo das amplas massas nem um "boletim interno" do partido.

A função do jornal **EM TEMPO** como expressão de uma corrente marxista e revolucionária do interior do partido, deve ser a de analisar, propor e debater diretrizes de atuação, contribuir para a formação política e para o entendimento dos grandes fatos da luta de classes, nacionais e internacionais. A sua atenção permanente é de travar um diálogo político, aberto e não sectário, com toda a vanguarda ampla de militantes e ativistas que participam da construção e PT e da CUT.

A campanha

Nestes próximos meses, estaremos realizando festas e debates políticos em comemoração dos dez anos de vida do **EM TEMPO**. Faremos um esforço especial de venda de assinaturas e de ampliação de venda direta do jornal. Buscaremos melhorar a sua qualidade jornalística e política.

Uma seção será permanentemente aberta para avaliar e discutir os avanços da campanha. O primeiro objetivo é garantir a periodicidade de saída do jornal, a cada mês.

Em um país onde o movimento operário, desde os anos finais da década de 70, está empenhado em construir uma nova tradição, uma nova maneira de fazer a história através de sua organização independente, o jornal **EM TEMPO** está fazendo dez anos de existência. É certamente já uma tradição, um dos fios de continuidade deste novo momento da luta pelo socialismo no Brasil. Grande parte da história do movimento operário recente, das suas lutas, dos seus debates, está documentada nas páginas deste jornal.

Há cinco anos atrás, nas comemorações do aniversário do jornal, Lula dizia: "No 5º aniversário do **EM TEMPO**, fica demonstrando uma coisa mui-

Coronéis de oposição?

EM TEMPO:

14 anos de regime militar!

Até quando?



A troca de Carter

Política cultural do Regime	34	BRUXAS	4
Os rumos da Celam	5		
de alienação	8		
Marristas de chupeta	10		
de aço	12		



da década de 70 que sobreviveu. Mesmo assim, à custa de uma grande redução da sua tiragem, da sua qualidade editorial e jornalística. Desde então, o jornal reduziu a sua tiragem para um terço, de cerca de 16 mil para os atuais seis mil; de tamanho standard para a forma tablóide; de semanal para mensal e às vezes até sem conseguir manter

rasadora. Não é por acaso que a única imprensa operária no Brasil que conseguiu regularidade e tiragem de massas é a sindical, escorada em alguns podero-



EM TEMPO: Leia e assine

Quero assinar **Em Tempo** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: Cz\$ 400,00 () Normal: Cz\$ 200,00

Nome:.....
Endereço:.....
CEP:..... Cidade:..... Estado:.....

Recorte o cupom e envie juntamente com um **cheque nominal** à Editora Aparte Ltda., rua Francisco Leitão, nº 57, Pinheiros, CEP 05414, São Paulo, SP.

Um jornal na luta pela democracia socialista

to importante para a imprensa alternativa: que quando ela é feita com a seriedade e respeitando a opinião dos outros, ela resiste ao tempo e à opressão. E o jornal **EM TEMPO** é a demonstração mais clara de como um jornal alternativo pode ser feito com bastante seriedade. Por isso, eu espero poder comemorar com vocês, quem sabe, daqui a cinco anos os dez anos de existência do jornal **EM TEMPO**". Neste momento, em que abrimos esta campanha e iniciamos a comemoração dos dez anos do jornal, convidamos todos os combatentes do movimento operário e popular, todos os simpatizantes da luta pelo socialismo a participar e apoiar este esforço.